

Rádio Clube Português – Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936)

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa.

Resumo:

O Rádio Clube Português surgiu no começo dos anos 1930 e, rapidamente, adquiriu uma forte dimensão radiofónica em Portugal. O texto reflecte as razões principais dessa ascensão meteórica, entre as quais se destacam a tenacidade do seu principal dirigente Botelho Moniz, as suas ligações ao novo poder político e a vontade de fazer uma rádio de tipo profissional.

Palavras-chave:

Rádio Clube Português; Publicidade; Frequências de rádio; Programação; Anos 30.

O texto analisa o modo como surgiu o Rádio Clube Português (RCP) e a sua rápida implantação no contexto radiofónico nacional, ainda na primeira metade da década de 1930. A personalidade de Jorge Botelho Moniz, o seu principal dirigente, o apoio político do regime de Salazar e da imprensa (casos de *O Jornal do Comércio e das Colónias* e da *Rádio Semanal*) dado à estação, a luta que esta estabeleceu para a restauração da publicidade nas emissoras privadas, a programação assente numa base simultaneamente popular e patriótica e o envolvimento na guerra civil de Espanha, ao lado das tropas de Franco, granjearam fama e proveito ao RCP. Esta estação seria, já no final dos anos 30, uma das três principais estações do país, ao lado da Emissora Nacional e da Rádio Renas-

cença, com um auditório bem definido, e bem acima das rádios “minhocas” (as outras estações amadoras, de dimensões estruturais e financeiras reduzidas).

Propõe-se o texto também dar conta da relação conflituosa entre o dirigente do RCP, Botelho Moniz, e o administrador-geral dos Correios e Telégrafos (AGCT), Couto dos Santos, cuja reconstituição é fundamental para a compreensão do modo como a radiodifusão evoluiu em Portugal¹.

Origens

Nascido em Fevereiro de 1931, o RCP começava a emitir em Novembro seguinte. Dez minutos após os primeiros sons, “o telefone retinia. Vendas Novas, depois Beja, depois outras terras da província acusavam a boa nova. Nessa mesma noite, duas linhas telefónicas em serviço contínuo durante quatro horas levavam ao RCP² as saudações de todos os recantos do nosso país e davam-lhe a consoladora certeza de que o seu trabalho estava sendo compreendido. [...] Telefonicamente, por cartas e por telegramas, até, chegavam à sede do RCP algumas centenas de informações por dia. [...] E era comovedor ler, como nós lemos, as cartas vindas do norte de França, onde milhares de portugueses agenceiam o seu sustento” (*Rádio Semanal*, 27 de Outubro de 1934).

Desde o arranque muita activa, a estação (depois, com a identificação CT1GL) marcou uma grande presença no I Congresso Nacional de Radiotelefonía, organizado pelo jornal *O Século*, com a apresentação de cinco teses num total de nove (*Boletim do Rádio Club Português*³, Julho de 1932). Jorge Botelho Moniz, membro da comissão executiva do congresso, classificou-o como “verdadeiro acontecimento de nacionalismo, que tem por fim acabar com o silêncio de Portugal através das ondas hertzianas” (*Rádio-Ciência*, Outubro de 1932)⁴.

O capitão Botelho Moniz recordaria o surgimento de CT1GL da seguinte maneira:

“A ideia de um clube de senfilistas nos moldes que viemos a realizar com Rádio Club Português nasceu de um almoço no Restaurante Roma, em que se reuniram alguns amigos do primitivo «CT1DY – Rádio Parede». Foram aí lançadas e aprovadas as bases de uma associação de radiófilos que reunisse boas vontades e competências na criação de uma emissora com seguras possibilidades de desenvolvimento técnico. Começámos com um posto muito humilde de meio watt [...]. Todos conhecem bem o que foram as nossas primeiras emissões, como as ampliámos infatigavelmente com o apoio de todos os sócios e amigos de Rádio Club Português” (Andrade, 1938: 54).

Outro dirigente destacado, Alberto Lima Basto, narraria os inícios da estação: “[U]m dia chegou, porém, que para demonstrar aos filhos pequenos como se

realizava a propagação das ondas hertzianas, o Botelho Moniz se lembrou de construir um minúsculo emissor com duas válvulas de recepção das mais pequenas. [A] breve trecho ouvia-se na casa dos vizinhos. [...] Apesar da reduzida potência começaram chegando as informações dalgumas localidades mais distantes e Rádio Parede [...] conseguiu fazer-se ouvir em Lisboa” (*Rádio Semanal*, 16 de Fevereiro de 1935). Pouco depois, já em Novembro de 1934, durante a assembleia-geral da emissora, a que compareceram mais de 400 pessoas, resolveu-se fixar o nome da estação em Rádio Clube Português.

O ano de 1934 seria ainda de passagem de testemunho. A estação CT1AA, de Abílio Nunes dos Santos Júnior, até aí a de maior relevo no país, deixava de emitir em ondas médias (e, dois anos depois, em ondas curtas). A estratégia montada por Rádio Clube Português foi a da herança do prestígio e qualidade de CT1AA. Em carta enviada pelo RCP aos jornais, lia-se: “CT1AA foi o precursor da radiodifusão portuguesa e o primeiro que levou a voz nacional além-fronteiras. Primeiro, com a sua estação de ondas médias, depois e ainda hoje, com a sua emissora de ondas curtas, universalmente conhecida. CT1AA prestou e presta serviços inesquecíveis e inigualáveis, a que nunca perdemos ocasião de prestar homenagem. [...] Quase não há país no Universo onde não tenha chegado, e de muitos pontos de todas as colónias portuguesas tem recebido bons informes, assim como do Brasil e da América do Norte, nações onde labutam grandes núcleos de população portuguesa” (*Diário de Notícias*, 22 de Fevereiro de 1935). Também *O Jornal do Comércio e das Colónias* colaborou em tal estratégia, ao elaborar uma série de artigos e entrevistas e introduzir uma polémica que ficou conhecida com o nome de “guerra no éter”⁵.

O mesmo RCP enviaria uma segunda carta ao *Diário de Notícias*, a propósito de deficiências na emissão de CT1GO⁶ para o Brasil, numa clara estratégia ofensiva e de marcação de posições quanto ao previsível fecho da estação CT1AA. Em causa, os comprimentos de onda mais apropriados à transmissão de programas para o outro lado do Atlântico:

“Dentro de poucas semanas, porém, CT1GO vai utilizar novos comprimentos de onda nas zonas fixadas por despacho do sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, e os resultados não devem ser inferiores aos anteriores. O comprimento de onda na zona dos 31 metros seria realmente bom, diz a carta, mas já está ocupado pelo ilustre amador e precursor da radiodifusão CT1AA. Não faria sentido que nos fôssemos colocar junto dele. Portugal precisa de estações diversas, com comprimentos de onda bastante diferentes uns dos outros, para que as zonas de melhor audição de cada estação não se sobreponham” (*Diário de Notícias*, 26 de Março de 1935).

A questão da publicidade

Em 1934, o RCP tinha três objectivos principais a atingir – retomar a publicidade radiofónica, obter uma frequência sem interferências e atingir, pela rádio, as colónias portuguesas para efeitos de propaganda.

Um despacho do ministro Duarte Pacheco proibira a publicidade na rádio em 5 de Julho de 1934. Só em 12 de Fevereiro de 1936 se levantaria tal proibição, já com um novo ministro das Obras Públicas, Joaquim Abranches. Esta medida revelara-se um pesado estrangulamento da actividade das estações amadoras “minhocas”, sem qualquer fonte de rendimento que não fosse o dinheiro dos seus proprietários.

Durante esse período de cerca de ano e meio, os jornais fizeram bastantes referências críticas ao assunto. Por exemplo, um jornal defendia o “reclamo” dentro de uma posição técnica e económica:

“A quem se deve o desenvolvimento que a TSF tem tomado em Portugal? A quem se deve a grande expansão dos aparelhos receptores? Se não fosse[m] os grandes amadores da TSF, que, com bastantes e penosos sacrifícios, montaram os seus postos emissores para ... divertir os outros, a TSF em Portugal estava desenvolvida a ponto da densidade rádio receptora nos mostrar um posto por cada 172 habitantes? Se não fosse[m] os postos pequenos trabalharem em quase todo o dia, podiam as casas de venda e as oficinas de reparação experimentar os receptores, na presença, respectivamente dos seus compradores ou proprietários? A ambição dos postos pequenos foi sempre a de elevar a sua potência, não o fazendo porque lhes falta o capital. Valem-se de sócios amigos, mas as verbas que percebem destes mal lhes chega para pagar a electricidade. Porque motivo não se consente no reclamo? [...] Só encontramos nele uma fonte de receita importante e vantajosa para todos” (*Rádio Jornal*, 8 de Julho de 1934).

Entre outros jornais, o *Diário de Notícias* (25 de Julho de 1934) publicaria uma longa nota do RCP, sem acrescentar qualquer comentário ou interpretação:

“[A publicidade] foi tacitamente consentida durante anos, até cerca do final de Junho de 1934, a todas as emissoras que quiseram utilizar-se dela. Pouco depois da estação CTIGL ter começado a fazer publicidade foi esta proibida de forma categórica e geral. O Rádio Club Português expôs ao sr. Ministro das Obras Públicas o prejuízo gravíssimo que essa proibição lhe causava e requereu que, apenas durante dois anos, lhe fosse permitido, nos termos legais, continuar realizando publicidade, única forma não só de pagar o resto dos seus débitos de instalação, mas de prosseguir na construção da emissora de ondas curtas, montagem do laboratório de estúdios radioelétrici-

cos, acabamento dos campos de jogos desportivos e prosseguimento das emissões. O requerimento [...] foi indeferido por despacho ministerial de 5 do corrente, notificado em 14 pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos”.

A nota de RCP descrevia ainda que lhe fora oferecido um subsídio estatal para minorar a perda das receitas de publicidade, que a estação recusou. O RCP via-se forçado “a encerrar a sua emissora CT1GL para fazer economias, que lhe permitam cumprir o dever de honestidade de aplicar todas as quotas, jóias e donativos, antes de mais nada, ao pagamento do resto dos débitos de instalação”, a partir de 31 de Julho de 1934 (*Diário de Notícias*, 25 de Julho de 1934). Dias depois, a direcção da estação enviava nova nota:

“Conforme estava previsto, apesar do grande movimento de simpatia realizado em torno de CT1GL, foi impossível conseguir, até 31 de Julho, o número avultadíssimo de inscrições de associados novos que seria indispensável para substituir, por meio de quotizações, a receita de publicidade que foi proibida. Em poucos dias, cerca de mil e quinhentos sócios novos acudiram ao apelo de CT1GL, o que representa manifestação digna de agradecimento e relevo, pois pode dizer-se verdadeiramente inédita. Mas como eram precisos mais de 3000, a direcção de RCP mantém a deliberação de suspender os trabalhos da emissora CT1GL. [...] Graças ao auxílio representado pelas adesões dos últimos dias, Rádio Club Português ficou habilitado a manter todo o pessoal da estação, empregados e operários, mesmo durante a suspensão de emissões. Procede assim não só para lhes evitar o desemprego mas também para que CT1GL esteja apto a recomeçar as emissões em qualquer emergência e de um momento para o outro (*Diário de Notícias*, 1 de Agosto de 1934).

Por detrás do corte da publicidade radiofónica estava a cultura majestática da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (AGCT), de quem dependia a Direcção dos Serviços Radioeléctricos. Uma carta de Luís Couto dos Santos, administrador dos Correios, endereçada ao ministro Duarte Pacheco em 23 de Junho de 1934, e um memorando do segundo responsável dos Correios, Alexandre Vaz Pinto, mostram a forma como a AGCT estava interessada nesta decisão. Escreveu Couto dos Santos:

“[U]ma circular a todas as estações emissoras, chamando a atenção para o facto de ser proibida a publicidade radiofónica e comunicando-lhes que me viria forçado a aplicar sanções às que continuassem a fazê-lo. Fui então procurado pelo Sr. Capitão Botelho Moniz, Director do RCP que me entregou o requerimento junto. Nele se requer o consentimento, com carácter provisório, para continuar a fazer publicidade, baseando-se precisamente

na disposição legal que servira de base à circular (§ 3º, art. 15º do Decreto nº 22.784), e alegando que se trata de uma questão de vida ou de morte para o RCP visto que as suas receitas não chegam para pagamento de compromissos que tomou para o seu estabelecimento. Conquanto saiba que o espírito do decreto foi o de proibir, sem restrições, a publicidade, quer-me parecer, lendo bem o texto legal, que a sua redacção se presta efectivamente à interpretação que lhe pretende dar o RCP. E, por isso, me permito solicitar a V. Ex.ª se digno indicar-me como devo proceder, parecendo-me no entanto que, a dar-se consentimento a uns, se deve dar a todos”.

O objectivo da AGCT era tutelar totalmente a radiodifusão portuguesa. A Emissora Nacional estava sob a sua alçada financeira, as autorizações dadas às pequenas estações particulares eram concedidas com dificuldade, para além do escrutínio permanente sobre as suas actividades. Botelho Moniz e o seu RCP eram um escolho para a AGCT neste controlo da radiodifusão.

O pensamento do outro dirigente do AGCT, Vaz Pinto, é mais esclarecedor da posição dominante dos Correios no processo de radiodifusão nacional. Em memorando ao ministro Duarte Pacheco (21 de Julho de 1935), escrevia: “[A] Direcção do Rádio Club Português afirma [...] que a proibição de publicidade que lhe foi imposta é contrária ao texto legal. [...] O espírito do decreto foi, de facto, a proibição, sem restrições, da publicidade a título gratuito ou oneroso. Convém notar [...] que, apesar da proibição citada, o posto emissor do Rádio Club Português tem feito publicidade radiofónica com relativa regularidade: na impossibilidade de citar todos os casos deste género, basta lembrar os frequentes saraus radiofónicos organizados sob o patrocínio do *Século* e da «Casa Philips» e até mesmo um sarau organizado há tempos pela Casa Ford⁷, todos largamente anunciados”.

O memorando seguia a perspectiva que marcou profundamente o universo radiofónico português. A defesa do modelo francês, de controlo do Estado e da proibição de publicidade às estações privadas, ao invés do modelo americano de mercado, com liberdade publicitária, por parte dos Correios significava a constituição de um departamento fortíssimo dentro do Estado. Durante muitos anos, em Portugal como em França, descrevia-se o poder dos Correios como o “Ministério dos Correios”.

Porém, apesar da feroz e prolongada luta entre Botelho Moniz e a AGCT, o RCP entendeu dever apoiar iniciativas políticas do governo, atitude que valeu o regresso da publicidade radiofónica. Desde o início da proibição, desencadeara-se uma onda de solidariedade, quer a nível público, como a câmara de Cascais, concelho onde estava instalado o emissor, quer a nível da imprensa, como vimos atrás. No primeiro número da revista *Electra* (25 de Setembro de 1934), lia-se

que “[A] Direcção dos Serviços Radioeléctricos entende que não se deve fazer publicidade ao microfone... e assim o determinou! Como poderão aguentar, sem publicidade, os postos emissores? De nenhuma maneira, leitor. Eles terão que encerrar as suas portas, se a situação se mantiver, lançando às ortigas muitas dezenas de contos convertidos em instalações dispendiosas. Não há balões de oxigénio que os possam aguentar”. Uma outra publicação, dedicada aos assuntos da rádio, trazia um artigo sobre a mesma temática também no seu número inicial, na altura de recuperação do RCP após um incêndio nas instalações deste:

“A receita que os postos viriam a arrecadar influiria poderosamente na melhoria das condições de emissão e dos programas, permitindo um notável desenvolvimento da radiodifusão, hoje impossível, no que se refere aos postos particulares, com os recursos limitados de que dispõem. Por outro lado, esses postos particulares, dotados de meios que lhes permitissem um esforço incessante de aperfeiçoamento, exerceriam, por assim dizer, uma função de estímulo em relação a toda a radiodifusão nacional” (*Rádio Revista*, 25 de Novembro de 1935).

Dias antes do ministro Joaquim Abranches ter publicado legislação que permitiu o Rádio Clube Português retomar a publicidade, já Jorge Botelho Moniz exprimia grande satisfação na assembleia-geral da emissora, realizada a 9 de Fevereiro de 1936. As suas palavras seriam: “[A] publicidade radiofónica começará dentro em pouco e permitirá a realização do nosso programa [...] Em conflito com todas as repartições do Estado, só no sr. Dr. Oliveira Salazar encontrámos ajuda [...]” (*Rádio Semanal*, 15 de Fevereiro de 1936).

Se Couto dos Santos procurava resolver as suas questões no interior dos gabinetes do poder, Botelho Moniz recorria aos meios noticiosos. A verdade é que este acabou por ganhar as lutas que o opuseram a Couto dos Santos, cujo poder nas telecomunicações e correios se manteve intocável até meados dos anos 1960. O acesso aos media garantia, já naquela altura, uma força a pedir meças ao poder político. A divulgação mediática de posições divergentes passava a concorrer com as soluções negociadas em segredo, ou, pelo menos, a influenciá-las.

Frequências

Outra questão colocada pelo Rádio Clube Português em 1934 seria a atribuição de uma frequência adequada aos seus objectivos. Botelho Moniz tecera duras críticas à actuação do delegado português presente na Convenção Europeia de Lucerna (19 de Junho de 1933), que tratara da divisão de frequências a dar às

estações de radiodifusão. Para ele, o delegado nacional não conseguira negociar mais e melhores frequências, ficando o país em igualdade de circunstâncias com nações de menor prestígio e grandeza que Portugal.

Entre Jorge Botelho Moniz e Luís Couto dos Santos, Administrador-Geral dos CTT e superior hierárquico do delegado português à referida convenção, processou-se uma troca de correspondência plena de informações em questões técnicas e políticas envolvidas na distribuição de frequências. E, se a posição de Botelho Moniz teve eco na imprensa (por exemplo, no comentário surgido, bastante mais tarde, no primeiro número da *Rádio Revista*, de 25 de Novembro de 1935), Couto dos Santos consideraria ter o delegado português ganho algumas frequências. Daí o escrever uma carta ao proprietário do RCP (1 de Março de 1934)⁸.

Como pano de fundo da questão, havia o interesse do RCP obter uma frequência mais adequada à emissora. Tudo começara quando, por determinação da regulamentação da AGCT, o RCP se obrigara a emitir em 453,2 metros, comprimento de onda próximo de uma estação suíça, o que ocasionava interferências na programação da emissora portuguesa (*Boletim do Rádio Club Português*, Julho de 1932). Para melhorar as condições de recepção, o RCP baixou o comprimento de onda, mas a AGCT – no seu papel de regulador e fiscalizador das estações de rádio – obrigaria ao regresso à frequência inicial.

Uma carta enviada ao ministro (19 de Julho de 1934) mostra a crescente degradação na relação entre Couto dos Santos e Botelho Moniz. Escrevia o dirigente da AGCT: “[C]onforme ontem tive o ensejo de, telefonicamente, comunicar a V. Ex.^a, a estação radiodifusora do Rádio Club Português fez nas noites de 16 e 17 do corrente, duas palestras em que se atacaram os serviços oficiais da especialidade e a Emissora Nacional. [...] Determinou V. Ex.^a que chamasse ao meu gabinete o Director do Rádio Club Português e evitasse o encerramento da estação. Assim fiz. O sr. Capitão Botelho Moniz compareceu sem demora. Fiz-lhe sentir com a possível delicadeza a incorrecção e a injustiça do seu procedimento, a sem razão dos seus ataques”.

Mas os problemas mantiveram-se e, meses depois, a 25 de Janeiro de 1935, os Correios faziam sair um despacho relativo a CT1GO. Por ele, desejava saber-se “porque razão se não exigiu ao Rádio Club Português o rigoroso cumprimento das leis e regulamentos em vigor e as razões porque, uma vez que pôs a sua estação a funcionar sem os cumprir, se não interveio imediatamente ou, se pelos menos, se não chamou a minha atenção para o facto”⁹. Uma nota de 30 de Janeiro de 1935 confirmava que “[O] Rádio Club Português tem [...] de se lhes sujeitar [às disposições em vigor], como todos os outros amadores. Deverá trabalhar nas zonas de frequência reservadas para amadores. Imponha-se a todos o rigoroso cumprimento da lei”.

Passados alguns dias, os jornais referiam-se ao assunto, já mais empolado. Num deles, com o título “O posto emissor de ondas curtas do Rádio Club Português foi proibido de funcionar. Pede-se ao Governo que imponha a lei do bom senso”, lia-se: “[A]s pessoas que todas as noites escutam atentamente o Rádio Clube Português ficaram deveras consternadas com a notícia de que fora proibida a emissora de ondas curtas há poucos meses inaugurada pelo Chefe do Estado e que tão relevantes serviços tem prestado ao País, na propaganda deste nas colónias e no estrangeiro. CT1GO é hoje uma emissora mundialmente conhecida, recebendo constantes elogios de quantos lá fora se dedicam à radiotelefonía. Qual o motivo, qual a razão extemporânea desta proibição?” (*A Voz*, 17 de Fevereiro de 1935).

Esta e outras notícias serviram para Couto dos Santos voltar a escrever ao ministro, agora a 18 de Fevereiro de 1935: “Julgo que não se poderá permitir que, ao microfone duma estação emissora se pronunciem as inconveniências que também constam do processo. Tanto mais que o caso se deu já por várias vezes. Das primeiras, de acordo com V. Ex.^a, chamei aqui o Director da CT1GL, que prometeu não as repetir. Agora parece-me que haverá de tomar-se outra atitude. Por isso, me permito propor a V. Ex.^a que se publique na imprensa uma nota oficiosa esclarecendo o assunto, e que se retire, por oito dias, a autorização concedida para funcionamento da estação”¹⁰.

Como o ministro demorasse a responder, Couto dos Santos enviava um pedido de demissão a 21 de Fevereiro de 1935, forma de pressão que resultou em cheio. No dia seguinte, Couto dos Santos recebia uma indicação ministerial favorável e mandava publicar uma nota oficiosa, editada em vários jornais a 23 de Fevereiro:

“Vem a Administração Geral dos Correios e Telégrafos esclarecer o público relativamente ao caso do Rádio Club Português, tratado nos últimos dias na Imprensa. [...] Em consequência da atitude assumida por este [RCP], resolveu a Administração Geral submeter o assunto à apreciação de Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que, por seu despacho de hoje determinou: a) Se autorize Rádio Club Português a fazer Radiodifusão em ondas curtas, dando-lhe um prazo de 5 dias para cumprir todas as formalidades legais; b) Se conceda a Rádio Club Português o prazo de 45 dias para passar a trabalhar com uma frequência de qualquer das zonas 6.000 a 6.150 kcs e 11.700 a 11.900 kcs, que são reservadas ao serviço de radiodifusão; c) Se proíba Rádio Club Português de fazer uso das suas instalações, por espaço de 24 horas, nos termos do art. 20º do Decreto nº 22.784, sanção aplicada pelos actos de indisciplina e desrespeito praticados”.

Usando a imprensa mais favorável às suas posições políticas, e avançando contra um funcionário superior do Estado – que, por mais escrupuloso e e

importante que fosse, não deixava a condição de servidor (quase anónimo) do Estado –, Botelho Moniz contra-atacou, como os jornais deram conta: “[A]s emissoras do Rádio Club Português CT1GL e CT1GO não funcionam desde hoje ao meio-dia até amanhã à mesma hora, em cumprimento da penalidade de 24 horas de suspensão imposta pelo sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por motivo daquela associação se ter recusado a cumprir a determinação em que a Administração Geral dos Correios e Telégrafos proibia o funcionamento de CT1GO e haver protestado violentamente contra essa ordem” (*Diário de Notícias*, 27 de Fevereiro de 1935).

Noutras situações, os jornais também apoiaram a estação de Botelho Moniz. A 1 de Dezembro de 1934, quando o RCP alargou as suas emissões a ondas curtas, através da estação CT1GO, em inauguração que contou com a presença de Carmona, a imprensa teceu referências elogiosas ao trabalho desenvolvido. E, após aprovação do relatório de contas de 1933 e 1934 do RCP, o principal artifice da estação diria que “[P]or muito inteligente o sr. Administrador Geral dos Correios e Telégrafos não pode atender além dos serviços postais e telegráficos os da Radiodifusão. Não pode, nem tem tempo! Os serviços Radioeléctricos, a não dependerem exclusivamente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, deveriam depender directamente da Presidência do Ministério, a exemplo do que sucede com o Secretariado da Propaganda Nacional” (*Rádio Semanal*, 20 de Abril de 1935).

Era, finalmente, um ataque directo a Couto dos Santos, com a afirmação da necessidade de a Emissora Nacional se dotar de uma estação de ondas curtas e de mudar de dependência funcional, transitando para uma mais política, o que, aliás, viria a acontecer para o final da década, quando a emissora do Estado passou a ser orientada pelo gabinete de António Ferro. Com muito menos recursos que a estação pública, o RCP antecipara-se a transmitir para todo o mundo. Botelho Moniz começava a falar em rádio imperial – de responsabilidade da Emissora Nacional –, uma estação que emitisse para as colónias e para os núcleos de portugueses espalhados por várias parcelas do mundo, caso das comunidades no Brasil e nos Estados Unidos.

Mas a atenção de Botelho Moniz voltar-se-ia para o interior da sua estação: um incêndio no estúdio de concertos do edifício da Parede, na madrugada de 15 de Setembro de 1935, obrigaria a interromper as emissões de 16 de Setembro a 26 de Novembro desse ano¹¹. Começava nova onda de solidariedade para com a emissora: os jornais e amigos do RCP movimentaram-se. Escreveu-se ser prioritário “pôr em pé e manter essa obra de fins altamente patrióticos que é o Rádio Club Português, à volta de um homem de incontestável prestígio” (*Diário de Notícias*, 8 de Outubro de 1935).

Programação do RCP

Horários de emissão e programação foram duas pedras de toque da estação da Parede. Inicialmente, os horários de transmissão de programas eram reduzidos: às terças e quintas-feiras, entre as 22:30 e as 0:30, e, aos domingos, das 15 às 18 horas e das 22:30 às 0:30. A partir de Julho de 1932, a estação passava a transmitir noticiários entre as 0 e as 0:30 todos os dias. No começo de 1933, fazia-se um pequeno ajuste aos horários de emissão: terças e quintas-feiras, das 21 às 24 horas, e domingos, das 15 às 18 e das 21 às 24 horas (*Boletim do Rádio Club Português*, Janeiro de 1933).

Ao longo de 1934, o RCP construiria uma grelha de programas mais consistente. Abandonava-se a transmissão quase permanente de música clássica, como as estações pioneiras de rádio ainda faziam, para criar uma programação variada. Além de curtos noticiários e da transmissão de música ao vivo e em disco, identificada como clássica e ligeira, introduziam-se novos programas – palestras (religiosas, sobre música) e os programas infantis (“A hora do Senhor Doutor”). O programa infantil seria, aliás, uma das transmissões que mais popularizou a estação:

“Nesse mesmo domingo [...] Rádio Club Português emitiu às 20:30 a costumada meia-hora infantil do popular jornal da especialidade *O Senhor Doutor*. A estas meias horas infantis que têm sido coroadas de um merecido e justificadíssimo sucesso e que merecem da nossa parte o mais franco aplauso [...] um leve reparo de ordem puramente pedagógica e mesmo higiênica: não concordamos com a hora relativamente tardia, para crianças, a que esses programas infantis são emitidos. [...] Mas estas emissões infantis do “Senhor Doutor” são, além de bem organizadas, divertidas, instrutivas e variadas. [...] A criança que os ouve deve fixar facilmente as verdadeiras noções rudimentares de geografia, história pátria, desenho, música e zoologia” (*Rádio Semanal*, 22 de Setembro de 1934):

As estrelas da companhia eram a ainda muito jovem Mimi (Maria Manuela Extremadouro), Branca Extremadouro Garcia, Henrique Samorano e José de Oliveira Cosme. As emissões de “O Senhor Doutor” haviam começado no princípio de 1934 e duravam, inicialmente, quinze minutos; tinha como intérprete Henrique Samorano, redactor do semanário com aquele nome e locutor do RCP (Maia, 1995: 74), e precocemente desaparecido ainda em 1934. Segundo Matos Maia (1995: 75), o programa revelaria nomes como Odette de Saint-Maurice, Carmen Dolores, Jorge Alves e Artur Agostinho, entre outros. Ainda no período aqui analisado, o programa chegou a ter uma hora de duração, ao fim da tarde de domingo, cuidadosamente no horário a seguir ao do

programa infantil da Emissora Nacional. Ainda não existiam os conceitos de concorrência e de contra-programação.

A revista *Rádio Semanal*, lançada em 1934¹², publicaria críticas de rádio ao longo de mais de vinte edições sucessivas, e que nos deixaram uma noção bastante completa do figurino das emissões de rádio em Portugal: música, palestras, concertos ao vivo e programas infantis, geralmente assinadas por João Palmeiro¹³. No caso presente do texto, retive somente a programação de Rádio Clube Português:

“Rádio Club Português anunciara em *Rádio Semanal* para as 12 horas, meio-dia de descanso da maioria da população, simplesmente: trechos de operetas. Poucas palavras, e bastante vagas, que resultaram em hora e meia verdadeiramente em cheio, capaz de agradar ao mais exigente. Todas as melodias de duas dezenas de operetas que fizeram as delícias de algumas gerações formaram ciclo bem equilibrado, doseado, e agradabilíssimo, levando os auditores como que a “dançar em espírito» ao som de arrebatadoras valsas de Viena e de melodias, das mais queridas, de Strauss, Kalmann, Lehar e tantos mais” (*Rádio Semanal*, 6 de Outubro de 1934).

Ainda se estava perante o gosto antigo: a estética da rádio permanecia na audição de música de salão, numa simbiose entre a transmissão electrónica e a audição presencial na sala de concerto ou a escuta do gramofone. Mas surgia a novidade: o concerto ao vivo cedia o lugar à música gravada em disco. E o texto seguinte dá-nos conta dessa simultânea e complexa realidade económica e cultural da estação que aponta o sentido já delineado. Assinado, como habitualmente, por João Palmeiro¹⁴:

“O «GL» [RCP] que conta, actualmente, com mais de cinco mil associados, mas lutando ainda assim com a dificuldade absolutamente compreensível de nos dar concertos que não sejam na sua maioria exclusivamente constituídos por discos, soube, de início, organizar os seus programas de tal maneira que eles, em grande parte, resultam manifestações artísticas de valor. [...] Como já aqui escrevemos é tudo uma questão de bom gosto e de saber organizar um programa de discos que seja tecnicamente bem radiado. Nesse caso está o programa de música espanhola do dia 12 no «GL», resultando o conjunto artisticamente superior, pressentindo-se que houve na sua organização mão de mestre, e de mestre conhecido e batido no segredo da «arte das emissões». [...] Noites como estas marcam-se gostosamente no calendário de uma emissora a lápis vermelho” (*Rádio Semanal*, 20 de Outubro de 1934).

O tratamento especial de temas religiosos foi também uma marca de água da estação. O jornalista da *Rádio Semanal* escreveria sobre as palestras de

monsieur Fino Beja ao microfone do RCP: “Estamos certos que o problema da inclusão de palestras da autoria de um orador sagrado ao microfone de Rádio Club Português foi longa e cautelosamente debatido e estudado. [...] A série de conferências de Monsieur Fino Beja, que CT1GL inaugurou na terça-feira 16, não são somente oportunas; impunham-se e eram necessárias, porque um programa radiofónico não deve, somente, incluir números de música ligeira, concertos clássicos ou retransmissões de óperas”.

A cumplicidade entre a emissora e o jornal iria mais longe. Com uma frequência regular, as palestras religiosas, após leitura no RCP, eram editadas na *Rádio Semanal*. A oralidade do meio electrónico combinava-se com a palavra impressa, mais duradoura que a efémera palavra radiofónica. A mesma complementaridade se processou noutra programação, como as fantasias radiofónicas (contos ou folhetins adaptados à rádio) e as 24 palestras de Sidónio Miguel sobre “História da música”. Acerca deste programa, escreveu-se:

“Rádio Club Português, dando mais uma prova de bem-querer acertar, iniciou, quarta-feira à noite uma série de palestras sobre História da Música entregues a Sidónio Miguel, nome já conhecido dos radiófilos através de várias notas explicativas de óperas transmitidas pelo «GL» e autor de efemérides musicais também ditas ao microfone do mesmo posto” (*Rádio Semanal*, 3 de Novembro de 1934).

Também de transmissões directas viveria o RCP, como foi o caso do casamento real em Londres: “o grande triunfo do programa radiofónico da semana foi a excelente transmissão do casamento do duque de Kent com a princesa Marina da Grécia, por Rádio Club Português, às 10 e três quartos da manhã de quinta-feira” (*Rádio Semanal*, 1 de Dezembro de 1934).

Mais tarde, após a eclosão da guerra civil espanhola, o RCP passou a transmitir programas nacionalistas voltados para o outro lado da fronteira, em apoio de Franco. Na mesma linha de colaboração, a revista *Rádio Semanal* dava destaque aos locutores nacionalistas espanhóis em serviço no RCP e às mensagens políticas do embaixador espanhol em Lisboa. Estávamos em Setembro de 1936.

Notas finais

Entre 1934 e 1936, os êxitos do Rádio Clube Português definem-se pelas ligações ao poder político, a jornais, como *O Jornal do Comércio e das Colónias*, e a associações de classe, como a Rede de Emissores Portugueses. Ao discurso patriótico e nacionalista junta-se a capacidade de luta contra a burocracia do Estado que tentava impedir os apoios financeiros ao exercício da radiofonia (publicidade), bem como a simpatia pública em especial no pós-incêndio do RCP em 1935, medida pelos cerca de cinco mil sócios do RCP então existentes.

Consolidada a obra radiofónica, Botelho Moniz cavalgou o discurso nacionalista e patriótico, participando em comícios anticomunistas no Verão de 1936, na praça de touros do Campo Pequeno, em Lisboa, e no Coliseu do Porto, apoiando a construção da Legião Portuguesa e criando o corpo de voluntários “Viriatos” que combateram militarmente pela causa de Franco (Abreu, 1995, 1996, 1998; Pena, n. p.). O Rádio Clube Português seria uma importante ajuda de Franco, em especial no arranque da sublevação (Díaz, 1997: 157), com informação a favor do movimento e retransmissão de galas benéficas de figuras a ele ligadas (Balsebre, 2001: 391).

No decurso da acção de Rádio Clube Português durante os anos referidos, detectam-se três linhas de conduta. Por um lado, o aparecimento de uma estética radiofónica que destacou as raízes nacionais, como a música popular, e a moderna segmentação de públicos-alvo: as crianças, com um programa infantil; os sentimentos religiosos, com programação adequada; e a erudição, através de palestras sobre música clássica. Por outro lado, a afirmação de propaganda do regime do Estado Novo, quer pelos programas de rádio quer pela indicação do caminho a seguir: uma Emissora Imperial, para chegar às colónias portuguesas, e o posicionamento claro e inequívoco ao lado de Franco contra os republicanos espanhóis. Finalmente, na luta contra a AGCT, Botelho Moniz e os seus colegas da estação da Parede quiseram afirmar a posição de independência e profissionalismo das novas estações de rádio perante o Estado. Esta última marca fez a distinção entre RCP e as outras emissoras amadoras contemporâneas, baseadas ainda na curiosidade e na exploração ingénua do meio radiofónico.

Notas:

¹ Como fonte primária de informação para o texto, servi-me do Arquivo particular de Couto dos Santos, depositado na Fundação Portuguesa das Comunicações. Sempre que, ao longo do texto, uma citação não traga indicação de fonte, esta pertence ao referido arquivo de Couto dos Santos.

² Então com a designação de Rádio Clube da Costa do Sol e o indicativo radiofónico CT1DY.

³ Quando houver citação de documentos da época, uso a palavra *Club* conforme a ortografia antiga.

⁴ Nesse ano de 1932, Botelho Moniz (estação com indicativo CT1DY) presidiria à assembleia-geral da REP (Rede de Emissores Portugueses), que englobava todos os amadores, de radiotelegrafistas a emissores de radiodifusão, enquanto Alberto Lima Basto (estação com indicativo CT1CE), outro histórico do Rádio Clube Português, ficava no conselho fiscal.

⁵ A série de artigos desembocou na criação de *Rádio Semanal*. O jornalista João Palmeiro explicaria a história da publicação do seguinte modo: “Quando Diniz Bordallo Pinheiro, director de *O Jornal do Comércio e das Colónias*, o diário mais antigo do país, me

convidou para ocupar o cargo de Secretário da Redacção do mesmo jornal, falou-me [...] na possibilidade de, mais tarde, se pensar na publicação de um suplemento radiofónico do jornal. [...] Foi isto em Maio de 1934. Comecei a secretariar a Redacção do velho e sempre moço jornal, mas, já que entramos em maré de confidências, não me esqueci do assunto, pelo contrário era com profunda tristeza que via amontoarem-se [...] os programas radiofónicos de algumas emissoras europeias. [...] A ideia, entretanto, preocupava-me. Como realizar, praticamente, economicamente, mesmo, o desejo do meu Director e um sonho doirado da minha vida de profissional? Alguns meses depois, proporcionou-se a oportunidade. Uma entrevista com o então Director artístico da Emissora Nacional [António Joice], seguida de outras tantas entrevistas com os proprietários dos vários postos radiofónicos nacionais, uma série de artigos que interessaram a capital e o país, que levantaram as mais desencontradas discussões, lançaram o *Jornal do Comércio e das Colónias* no meio radiofónico nacional. Dois meses, ou mais, o jornal manteve essa série de artigos e entrevistas. [Ao] cabo desse tempo – fins de Agosto – Diniz Bordallo Pinheiro decidia definitivamente lançar as bases para uma publicação radiofónica na verdadeira acepção da palavra: útil, completa, e moderna” (*Rádio Semanal*, 7 de Setembro de 1935).

⁶ Cada estação possuía um indicativo de identificação: assim, quando o Rádio Clube Português começou a emitir em ondas curtas foi-lhe atribuído o indicativo CT1GO, enquanto o emissor de ondas médias tinha o de CT1GL. Os indicativos vinham de trás, ainda antes da radiodifusão, no momento em que havia muitos amadores de radiotelegrafia e radiofonia espalhados por todo o país – a forma de um amador começar uma emissão era grafar o indicativo ou anunciá-lo pelo microfone. Muitos amadores passaram da radiotelegrafia para a radiofonia e alguns até aventuraram-se na radiodifusão. Esta pressupunha já organização e um maior investimento, dada a necessidade de programação. Numa época em que a indústria de discos estava no começo, algumas estações tinham ao seu serviço pequenas orquestras, que tocavam e transmitiam em directo do estúdio da estação ou de salas de concerto (Santos, 2000).

⁷ Em notícia publicada pelo *Diário de Notícias*, de 25 de Abril de 1935, dava-se conta de um espectáculo com artistas vindas do Porto (Helena e Madalena Moreira de Sá e Costa, respectivamente pianista e violoncelista), expressamente para tomarem parte no sarau “oferecido aos radiófilos portugueses pela Ford Lusitana, como encerramento da exposição dos seus novos modelos”.

⁸ Arquivo particular de Couto dos Santos (Fundação Portuguesa das Comunicações).

⁹ A nota dactilografada não contém qualquer assinatura, mas pertence ao arquivo pessoal de Couto dos Santos, com data de 25 de Janeiro de 1935 (Fundação Portuguesa das Comunicações).

¹⁰ Arquivo particular de Couto dos Santos (Fundação Portuguesa das Comunicações).

¹¹ As companhias de seguros pagaram uma indemnização que cobriu os prejuízos. Contudo, e ao mesmo tempo, formara-se uma liga de amigos do RCP (Comissão Pró-Rádio Clube Português) para ajudar a reconstrução e os sócios aceitaram fazer uma quotização suplementar mas facultativa. Luís Aranda, um joalheiro castelhano há muito instalado em Lisboa, e que animara, desde o começo da estação de rádio, com programas de música espanhola, dada a sua vasta colecção de discos (Agostinho, 2002: 66), seria um dos mais activos membros dessa comissão de amigos.

¹² Também em 1934 começaram as emissões experimentais da Emissora Nacional, para além da nova programação do RCP, como se escreve acima, o que ilustra a importância desse ano em termos de rádio.

¹³ Assinadas com as iniciais J. de M. P. Havia também artigos de Armando Ferreira (A.F.).

¹⁴ João Palmeiro seria um dos cinco mil sócios do Rádio Clube Português angariados até 1936 (*Rádio Semanal*, 15 de Fevereiro de 1936).

Bibliografia

Livros e artigos

Abreu, F.

(1995), No 60º aniversário da Emissora Nacional – a rádio portuguesa e a guerra civil de Espanha, *História* 11/12: 42-51

Abreu, F. (1996), As rádios portuguesas e a causa franquista – a «guerra do éter», *História* 20:30-39

Abreu, Filomena (1998), A rádio portuguesa e a guerra civil de Espanha. In *Portugal e a guerra civil de Espanha* coord. Fernando Rosas, Lisboa: Colibri

Agostinho, A. (2002), *Ficheiros indiscretos*, Lisboa: Oficina do livro

Andrade, Á. (1938), *Anuário Radiofónico Português*, Lisboa: Rádio Semanal

Balsebre, A. (2001), *Historia de la radio en España (1874-1939)*, Madrid: Catedra

Boletim do Rádio Club Português, Julho de 1932

Boletim do Rádio Club Português, Janeiro de 1933

Díaz, L. (1997), *La radio en España (1923-1997)*, Madrid: Alianza Editorial

Maia, M. (1995), *Telefonia*, Lisboa: Círculo de Leitores

Pena, A. (2003). A guerra de propaganda de Salazar: os correspondentes portugueses e a guerra civil de Espanha (1936-1939), *Media e Jornalismo*, nº 3.

Santos, R. (2000), Nos 75 anos de emissões regulares de rádio – histórias de pioneiros, *Observatório* 2: 127-136

Jornais e revistas consultadas (1931-1936)

A Voz

Diário de Notícias

Electra

O Jornal do Comércio e das Colónias

O Século

Rádio Jornal

Rádio Revista

Rádio Semanal

Arquivo

Arquivo particular de Couto dos Santos (Fundação Portuguesa das Comunicações)

Bibliotecas pesquisadas

Biblioteca Municipal do Porto

Biblioteca Nacional